

EMENDA Nº \_\_\_\_

Art. 1º Acrescenta-se ao Projeto de Lei nº 976, DE 2021, o Capítulo IV-A, com a seguinte redação:

"CAPÍTULO IV-A  
DA INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA E DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO DAS CIDADES INTELIGENTES

Art. 18-A. Fica estabelecida como meta nacional da Política Nacional de Cidades Inteligentes a elevação progressiva dos seguintes indicadores:

I - Consumo médio de energia elétrica per capita: alcançar 10.000 (dez mil) quilowatts-hora por habitante/ano até 31 de dezembro de 2030, com revisões bianuais de trajetória;

II - Renda per capita média: alcançar US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares americanos) por habitante/ano até 31 de dezembro de 2030, com revisões bianuais de trajetória.

§1º As metas estabelecidas neste artigo orientarão as políticas públicas federais, estaduais e municipais relacionadas à PNCI, devendo ser ajustadas bianualmente considerando:

- I - evolução real dos indicadores nacionais e regionais;
- II - capacidade de investimento público e privado;
- III - viabilidade técnica de expansão da infraestrutura energética;
- IV - impactos socioeconômicos e ambientais;
- V - comparações internacionais e melhores práticas.

§2º Fica instituído o Sistema Nacional de Monitoramento de Desenvolvimento Urbano Sustentável, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, para acompanhamento das metas previstas neste artigo.

Art. 18-B. Fica instituído o Fundo Soberano Municipal de Desenvolvimento Energético e Tecnológico (FMDET), de natureza contábil e financeira, em cada município aderente à PNCI.

§1º O FMDET terá por finalidades:

- I - financiar a expansão e modernização da infraestrutura energética municipal, incluindo:
  - a) redes inteligentes de distribuição (smart grids);
  - b) sistemas de geração distribuída de energia renovável;
  - c) infraestrutura para mobilidade elétrica;
  - d) sistemas de armazenamento de energia;

e) eficiência energética em edificações públicas;

II - apoiar a transição energética municipal mediante:

- a) subsídios para eletrificação de transportes públicos;
- b) incentivos à geração solar e eólica residencial e comercial;
- c) programas de eficiência energética para populações vulneráveis;

III - financiar ecossistemas locais de inovação tecnológica:

- a) laboratórios de fabricação digital (fab labs);
- b) incubadoras e aceleradoras de startups;
- c) centros de capacitação em tecnologias digitais;
- d) infraestrutura de conectividade de alta velocidade;

IV - promover a economia circular e sustentabilidade urbana.

§2º Constituirão receitas do FMDET:

I - dotações orçamentárias municipais;

II - transferências voluntárias da União e dos Estados;

III - royalties e compensações financeiras de exploração de recursos energéticos no território municipal;

IV - percentual de até 2% (dois por cento) da arrecadação municipal de IPTU, mediante lei municipal específica;

V - recursos de operações de crédito autorizadas;

VI - doações e contribuições de entidades nacionais e internacionais;

VII - receitas de projetos de geração de energia municipal;

VIII - recursos de fundos climáticos e de transição energética;

IX - rendimentos de aplicações financeiras do próprio fundo.

§3º Os recursos do FMDET não poderão ser utilizados para:

I - pagamento de pessoal permanente;

II - despesas correntes não relacionadas às finalidades do fundo;

III - qualquer despesa não vinculada aos objetivos da PNCI.

§4º A gestão do FMDET será realizada por conselho gestor paritário, composto por:

I - representantes do Poder Executivo municipal;

II - representantes da sociedade civil organizada;

III - representantes do setor produtivo local;

IV - representantes de instituições de ensino e pesquisa;

V - representantes de concessionárias de energia.

§5º O FMDET deverá observar princípios de transparência, publicando trimestralmente:

I - receitas e despesas detalhadas;

II - projetos financiados e seus resultados;

- III - indicadores de impacto energético e econômico;
- IV - atas das reuniões do conselho gestor.

Art. 18-C. A União apoiará a criação e operacionalização dos FMDETs mediante:

- I - assistência técnica para estruturação dos fundos municipais;
- II - transferências voluntárias a fundo perdido para capitalização inicial dos fundos em municípios de menor capacidade fiscal;
- III - linhas de crédito subsidiadas para projetos de infraestrutura energética municipal;
- IV - garantias para operações de financiamento dos FMDETs;
- V - plataforma nacional integrada de monitoramento e gestão dos fundos municipais;
- VI - capacitação de gestores municipais em planejamento energético e captação de recursos.

Parágrafo único. O Poder Executivo Federal regulamentará as condições, critérios e procedimentos para os apoios previstos neste artigo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei.

Art. 18-D. Os municípios priorizarão, nos recursos dos FMDETs, projetos que demonstrem:

- I - maior impacto na elevação do consumo energético per capita com sustentabilidade;
- II - potencial de geração de empregos qualificados;
- III - contribuição para diversificação da matriz econômica local;
- IV - inovação tecnológica e aplicabilidade em outros municípios;
- V - participação de empresas e instituições locais;
- VI - menor custo por kWh adicional gerado ou economizado;
- VII - contribuição para redução de desigualdades sociais.

Art. 18-E. Fica criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético Municipal (FNDEM), vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com os seguintes objetivos:

- I - apoiar financeiramente os FMDETs municipais;
- II - financiar projetos de infraestrutura energética de interesse regional ou nacional;
- III - subsidiar estudos e projetos para expansão energética municipal;
- IV - garantir equalização regional no acesso a recursos energéticos.

§1º Constituirão receitas do FNDEM:

- I - dotações da Lei Orçamentária Anual da União;

- II - até 1% (um por cento) dos recursos arrecadados com royalties federais de petróleo e gás;
- III - até 0,5% (meio por cento) dos recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima;
- IV - financiamentos de organismos internacionais;
- V - receitas de projetos de créditos de carbono;
- VI - retorno de operações de crédito do próprio fundo.

§2º O FNDEM destinará no mínimo 40% (quarenta por cento) de seus recursos para municípios das regiões Norte e Nordeste."

Art. 2º Acrescenta-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 976, DE 2021, os incisos XX, XXI e XXII:

"Art. 4º .....

XX - Democratização do acesso à energia como direito fundamental ao desenvolvimento;

XXI - Sustentabilidade energética e transição para matriz 100% renovável;

XXII - Descentralização da gestão de recursos para desenvolvimento energético local."

Art. 3º Acrescenta-se ao art. 6º do Projeto de Lei nº 976, DE 2021, os incisos XIX, XX e XXI:

"Art. 6º .....

XIX - Universalizar o acesso à energia elétrica com qualidade, confiabilidade e sustentabilidade em todos os municípios brasileiros;

XX - Promover a autonomia energética municipal mediante geração distribuída e fontes renováveis;

XXI - Integrar planejamento energético, desenvolvimento econômico e políticas de inovação tecnológica nos municípios."

autoria: José Soares Sobrinho Mex Energia | mex.eco.br